



## Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo II - 2º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: 2022-7103 e - <http://www.mec.gov.br>

## PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.031434/2019-75

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Pagamento de inscrição dos servidores abaixo relacionados, lotados na Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL, vinculada à Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA/MEC, para participar do curso de capacitação **IV Curso de Gestão, Fiscalização e Execução de Contratos Segundo a Nova IN 05/2017**, a ser realizado em Brasília/DF, **no período de 25 a 27 de novembro de 2019**, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas.

| SERVIDOR                       | SIAPE |
|--------------------------------|-------|
| Aline Espíndola Braga          |       |
| Janete Mércia da Silva Pereira |       |
| Jaime Batista Belém            |       |
| Tereza Cristina Melo da Silva  |       |

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A gestão, fiscalização e execução de contratos constituem atividades essenciais para a realização de políticas públicas no âmbito da Administração Pública. Para isso, os servidores públicos envolvidos nas atividades de fiscalização e gestão dos contratos, devem ter conhecimento preciso das regras e procedimentos que regulam a execução contratual, bem como ter clareza sobre as suas responsabilidades e competências. A participação dos servidores na capacitação justifica-se pela necessidade de melhorar as práticas adotadas nas contratações deste Ministério e ainda contribuir para a melhoria das atividades de fiscalização e gestão de contratos, principalmente, no que se refere à adoção de uma prática sistêmica e detalhada de todas as etapas que envolvem o processo de contratação na Administração Pública.

**3. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

3.1. Capacitar servidores de órgãos e/ou entidades da Administração Pública Federal, com o objetivo de:

- Fornecer uma visão sistêmica e uma visão detalhada do processo de contratação na Administração Pública e de como a fiscalização e a gestão de contratos se inserem nesse contexto, segundo a nova instrução normativa MP/SEGES nº 05/2017.

- Entender a importância do termo de referência/projeto básico e da pesquisa de preços (planejamento da contratação) para a execução dos contratos administrativos.
- Entender os conceitos jurídicos necessários à correta atuação em relação aos contratos em regime público e suas espécies (aquisições, obras e serviços).
- Saber diferenciar o papel do gestor e do fiscal de contratos administrativos de forma a exercer esses papéis em consonância com as obrigações e cuidados que requer a legislação vigente.
- Conhecer detalhes e observar os principais pontos da fiscalização dos contratos administrativos cujo objeto seja serviço de natureza continuada com mão de obra com dedicação exclusiva, ou seja, terceirização de serviços na Administração Pública.
- Entender a diferença entre a terceirização lícita e a terceirização ilícita, bem como a aplicação da responsabilidade trabalhista subsidiária após a reedição da súmula no 331 do TST..

#### 4. **PÚBLICO ALVO**

4.1. Servidores públicos e profissionais dos setores de compras, contratos, controles internos e áreas finalísticas que trabalham direta ou indiretamente com as atividades de pregoeiro, fiscalização e gestão de contratos administrativos.

#### 5. **LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E CARGA HORÁRIA**

5.1. O evento será realizado em Brasília/DF, nos dias 25 a 27 de novembro de 2019, no horário 8h às 12h e de 14h às 18h, com carga horária total de 24 (vinte e quatro) horas.

#### 6. **FISCALIZAÇÃO**

6.1. A fiscalização dos serviços será realizada pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento do MEC.

#### 7. **GARANTIA DO OBJETO CONTRATADO**

7.1. A garantia dos serviços a serem executados são as condições previamente negociadas e pactuadas na proposta do fornecedor.

#### 8. **CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será efetuado por meio de Nota de Empenho, sendo o depósito bancário realizado após atesto de nota fiscal, e em até 5 (cinco) dias após o término do evento.

#### 9. **DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

- 9.1. Efetuar a inscrição dos servidores interessados;
- 9.2. Exercer a fiscalização e acompanhamento do serviço;
- 9.3. Notificar a empresa caso seja constatado que a condução dos trabalhos esteja em desacordo com o interesse da interessada, propondo, neste caso, as devidas medidas corretivas;
- 9.4. Liberar os servidores para frequência no evento no horário estabelecido;
- 9.5. Solicitar ao servidor Relatório de Participação em Ações de Capacitação e cópia de certificado; e
- 9.6. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

**10. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- 10.1. Ministrar o evento de acordo com o conteúdo programático proposto;
- 10.2. Prover o material didático;
- 10.3. Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse recíproco para a execução dos serviços que o MEC julgue necessárias conhecer ou analisar;
- 10.4. Manter, durante a vigência do presente instrumento, as mesmas condições estabelecidas na proposta apresentada;
- 10.5. Encaminhar nota fiscal a este Centro de Formação para atesto e posterior pagamento;
- 10.6. Cumprir o cronograma de desenvolvimento dos serviços.

**11. RAZÕES DA ESCOLHA DO PRESTADOR DE SERVIÇO**

11.1. A ABOP é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 4 de dezembro de 1974, com domicílio jurídico em Brasília-DF, regionais estabelecidas em diversos estados da Federação e filiada à *Asociación Internacional de Presupuesto Público - ASIP*, com os seguintes propósitos:

- Atuar na criação, divulgação, aplicação e desenvolvimento de novas técnicas, conceitos, procedimentos e normas no campo orçamentário e correlatos.
- Reciclar e capacitar profissionais de planejamento e orçamento público e áreas afins, de todos os poderes e níveis de governo.
- Promover eventos de aperfeiçoamento das técnicas orçamentárias, disponibilizando aos associados o instrumental adequado para análise e solução de questões específicas.
- Estimular a realização de estudos e pesquisas no campo teórico, conceitual e prático sobre problemas relativos ao orçamento.
- Propor e desenvolver formas de participação da sociedade nas decisões incidentes sobre o planejamento, execução orçamentária, gerenciamento e fiscalização das políticas públicas.
- Servir de fonte de consulta permanente, a nível técnico de informação, aos organismos nacionais e internacionais.

11.2. A prestadora do serviço demonstra ser uma empresa especializada em treinamento, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos para organizações públicas e privadas; atuando em diversas capitais, promovendo cursos, treinamentos, simpósios, seminários, conferência, etc., ministrados por profissionais qualificados, consultores, conferencistas e professores especializados em diversas áreas de interesse nos setores público e privado.

11.3. Celso Antônio Bandeira de Mello observa que a notória especialização "diz respeito a trabalho marcado por características individualizadoras". Para Adilson Abreu Dallari tal notoriedade não se confunde com a popularidade, "não é necessário que o contratado seja tido como reconhecidamente capaz pelo povo, pela massa, pelo conjunto dos cidadãos, pela coletividade. Basta que isto aconteça no âmbito daquelas pessoas que operam na área correspondente ao objeto do contrato" o que é o caso da fornecedora, empresa que goza de notoriedade entre estudiosos da matéria, e principalmente dos palestrantes, conhecidíssimos representantes das matérias tratadas no evento.

11.4. Valendo-nos das palavras do Exmo. Ministro Carlos Átila no voto que fundamentou propostas de decisão no TCU: 'Excetuados os casos de cursos virtualmente padronizados, que utilizam métodos de ensino de domínio público - como o são, por exemplo, os cursos de línguas, ou os cursos de utilização de sistemas de microcomputadores - parece-me inviável pretender que se possa colocar em competição o talento e a capacidade didática de mestres em matérias de nível superior, sobretudo quando se trata de ministrar conhecimentos especializados, para complementar e aprofundar a formação de profissionais de nível universitário.

11.5. Marçal Justen Filho preleciona que “a singularidade dos serviços indica que a execução dos serviços retrata uma atividade personalíssima, o que inviabiliza uma comparação de modo objetivo”, para, posteriormente, afirmar que a notória especialização diz com a capacitação “conhecida e reconhecida no meio especializado em que o contratado desenvolve sua atividade específica.

11.6. O mestre Ivan Barbosa Rigolin, ao discorrer sobre o enquadramento legal de natureza singular empregado pela legislação ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ainda quanto à aplicação do art. 23, inciso II, do Dec.-lei nº 2.300/86, defendia que: "A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados - que são o que afinal importa obter -, nada disso pode ser predeterminado ou adrede escolhido pela Administração contratante. Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos, mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuamente. Por todas essas razões entendeu a lei de licitações de classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares (pessoas físicas ou jurídicas); sendo de natureza singular o serviço, será fatalmente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos. E, desse modo, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se inexigível a licitação por imperativo lógico que consta do art. 23, inciso II, do Dec.-lei nº 2.300/86." ("Treinamento de Pessoal - Natureza da Contratação" "in" Boletim de Direito Administrativo - Março de 1993, p. 176/79)

11.7. Constata-se, dessa forma, que a singularidade do serviço prestado pela empresa está diretamente definida pelo seu *know-how* de mais de 40 anos em promover treinamentos direcionados a empresas e órgãos públicos, o que não poderia ser obtido facilmente em outro fornecedor.

11.8. Nos parece então, que os cursos abertos para os quais não cabe licitação seriam aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua repetição, quer pela indiscutível notoriedade do instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição, o que parece, novamente, se amoldar ao caso em tela.

11.9. Nesse sentido, por tratar-se de treinamento e aperfeiçoamento perfeitamente alinhado às necessidades deste Ministério da Educação, com pertinência temática com as atividades dos futuros participantes, personalíssimo em sua concepção temática, de conteúdo, forma e palestrantes, de natureza singular, a ser ministrado por empresa e doutrinadores de notória especialização, em data única, para servidores específicos, em curso aberto, em data oportuna e conveniente para o afastamento dos servidores, com preço compatível com de mercado, proponho que seja autorizada a participação dos servidores aqui mencionados.

## 12. VALOR

12.1. O valor individual da inscrição é de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), sendo o valor total das duas inscrições 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

CARLA MACIEL DAMASCENO  
Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos

---

Documento assinado eletronicamente por **Carla Maciel Damasceno, Coordenador(a) Geral**, em 07/11/2019, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1782920** e  
o código CRC **72C543F1**.

---

Referência: Processo nº 23000.031434/2019-75

SEI nº 1782920